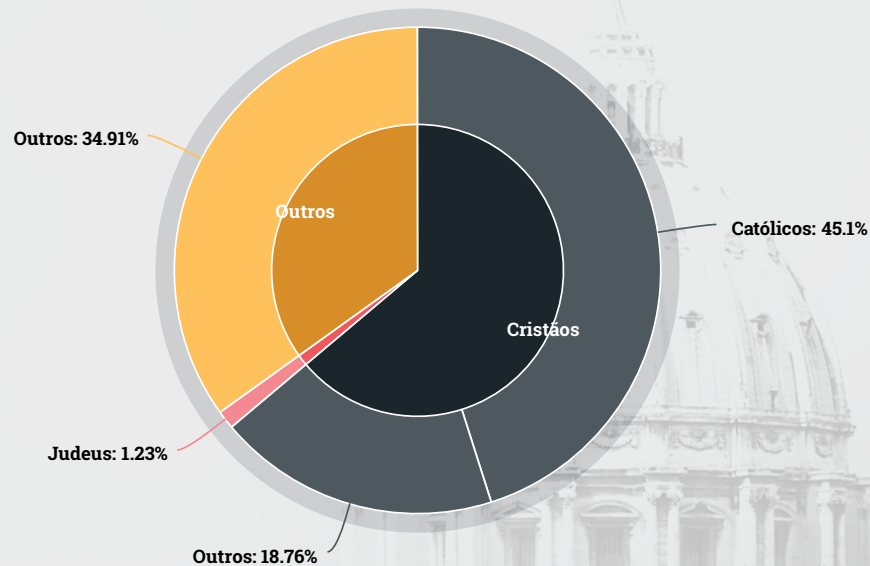


Uruguai



DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

A Constituição consagra o princípio de que todas as religiões são livres e de que o Estado não apoia nenhuma, no sentido de não disponibilizar financiamento a qualquer denominação religiosa. O Estado reconheceu o título de propriedade da Igreja Católica sobre todas as igrejas construídas com fundos públicos. Foi declarado que os locais de culto pertencentes a outras religiões estão isentos de impostos (artigo 5º).^[1]

A discriminação por motivos religiosos é proibida, e o abuso de minorias religiosas, étnicas e outras é considerado crime.

Os locais de culto estão isentos de impostos sobre imóveis se o grupo religioso estiver registado no Ministério da Educação e Cultura como entidade sem fins lucrativos e se os seus estatutos tiverem sido aprovados pelas autoridades.

Não é permitida a educação religiosa nas escolas estatais, mas os dias sagrados cristãos são feriados públicos. Tal como acontece com os trabalhadores, os estudantes das minorias religiosas têm direito a dispensa nos dias das suas observâncias religiosas.

Vários órgãos públicos autônomos, nos quais estão representados vários grupos religiosos e da sociedade civil, monitorizam o cumprimento por parte do Governo das normas de não discriminação. E também organizam campanhas para promover maior inclusão de vários grupos, incluindo a campanha "Juntos contra a discriminação" concebida para promover a tolerância religiosa.

A comunidade judaica relatou um aumento nos atos antisemitas após o conflito em Gaza. Isto incluiu pichações em locais públicos e declarações violentas contra Israel e contra os Judeus nas redes sociais. O Senado uruguaio condenou publicamente estes atos e fez um apelo à tolerância. A polícia investigou com sucesso estes incidentes.

O Conselho Judaico-Cristão promove o entendimento inter-religioso e também envolve afro-umbandistas e muçulmanos nas suas atividades de liberdade religiosa. O Governo, as ONG's e os líderes religiosos estão comprometidos com a promoção do diálogo entre diferentes religiões e o reforço do entendimento e do respeito pelos diferentes valores religiosos.^[2]

INCIDENTES

Em julho de 2015, o Padre Pedro Bonavía foi atacado quando tentava entrar no seu presbitério. Ficou ferido na cabeça,

[1] http://www.thearda.com/internationalData/countries/Country_235_6.asp (acessado em 8 de Março de 2016).

[2] <http://www.state.gov/documents/organization/238790.pdf> (acessado em 8th de Março de 2016).

numa mão e no rosto. Os seus atacantes o forçaram a entrar em casa e roubaram um envelope que continha dinheiro. Este foi o segundo ataque ao sacerdote. Em Maio de 2014, cinco homens invadiram a sua igreja e lhe apontaram uma arma.^[3] Os membros do clero católico são frequentemente alvo de atos criminosos.

Em agosto de 2015, a Senadora Ivonne Passada disse que as contribuições da Igreja Católica para as escolas estatais gratuitas, que são autorizadas a receber donativos do setor privado, são totalmente injustas. A sua perspectiva foi repetida por políticos que gostariam de ver um fim a todos os donativos privados às escolas.^[4]

Em setembro de 2015, a Senadora Professora Carmen Asiaín apresentou uma proposta de lei sobre liberdade de consciência e ideologia.^[5]

Em outubro de 2015, nove organizações não-governamentais pediram ao legislador que pedisse aos deputados pertencentes às Igrejas Evangélicas que retirassem uma declaração que assinaram comprometendo-se a respeitar a Constituição e as leis do país, desde que estas não entrassem em contradição com “a Palavra de Deus”.^[6]

Em Dezembro de 2015, a polícia deteve uma religiosa brasileira porque a sua presença perturbava os residentes da cidade de Rivera. A irmã foi libertada quando a sua identidade e razão da permanência no Uruguai foi confirmada. Tinha havido tensões entre a irmã, que queria criar uma escola para crianças desfavorecidas, e o bispo local, que tinha dito que a presença da ordem não se encaixava no plano pastoral diocesano.^[7]

Em Fevereiro de 2016, a câmara municipal de Montevideo emitiu uma proposta de estatuto a aprovar planos para a Igreja Católica construir uma estátua de quatro metros de altura da Virgem Maria perto de uma zona de passeio da capital. A capital já tinha imagens públicas de Iemanjá (uma deusa africana) e de Confúcio, bem como uma pequena praça dedicada ao primeiro rabino asquenaze do Uruguai, Jaime Spector. Esta questão deu início a um debate, incluindo entre os legisladores, com algumas pessoas favoráveis ao monumento e outras expressando oposição.^[8]

[3] <http://www.elpais.com.uy/informacion/victimas-mandamiento-crecen-ladrones-iglesias.html> (acessado em 8 de Março de 2016).

[4] <http://www.elpais.com.uy/informacion/sturla-no-cortar-patas-liceos-donaciones-iglesia.html> (acessado em 8 de Março de 2016).

[5] <http://amicus-sponsi.blogspot.cl/2015/09/defensa-de-la-libertad-de-conciencia-y.html> (acessado em 18 de Março de 2016).

[6] <http://www.elpais.com.uy/informacion/ong-laicas-exigen-diputados-evangelistas.html> (acessado em 8 de Março de 2016).

[7] <http://www.elpais.com.uy/informacion/sor-presa-rivera-vino-evangelizar.html> (acessado em 8 de Março de 2016).

[8] <http://www.elpais.com.uy/informacion/debate-religion-imagen-virgen-maria.html> (acessado em 8 de Março de 2016).

Em março de 2016, Gerardo Amarilla, membro da Igreja Batista Evangélica foi escolhido como presidente da Câmara dos Representantes. Vários deputados do Partido Socialista, incluindo Roberto Chiazzaro, disse que esta situação não inspirava confiança de que seria mantida a natureza secular do Estado e avisou que a esfera política poderia se tornar um espaço para o proselitismo.^[9] O Uruguai tem um movimento secularista forte que discriminou e atacou verbalmente a Igreja Católica e outros grupos religiosos.

Nesse mesmo mês, na cidade de Paysandu, um convertido ao Islamismo matou um comerciante judeu, David Fremd Wulf, de 55 anos. Wulf foi esfaqueado nas costas várias vezes no momento em que abria a sua loja. O seu filho, que estava com ele quando foi atacado, tentou defender o pai. O assassino alegou inicialmente que tinha sido motivado por ódio religioso, dizendo: “Fiz isto porque a minha religião me disse que matasse um judeu”.^[10]

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

O secularismo é uma das características do Estado uruguaio. Contudo, quão secular o Estado é de fato é um assunto de debate público. A intolerância religiosa pode ocorrer a nível político, quando alguns políticos interpretam o secularismo como significando total ausência de religião na arena pública, o que os leva a igualar a prática religiosa ao proselitismo, a desconfiar abertamente de legisladores religiosos ou a opor-se a símbolos religiosos em locais públicos. De qualquer forma, a discussão sobre o lugar da religião também pode ser vista como positiva, pois demonstra que a religião também desempenha um papel vital na sociedade, enquanto anteriormente se pensava que poderia desaparecer da vida pública.

[9] <http://www.elpais.com.uy/informacion/dura-sesion-religion-nuevo-titular.html> (acessado em 8 de Março de 2016).

[10] <http:// analisisdigital.com.ar/noticias.php?ed=1&di=0&no=232936> (acessado em 18 de Março de 2016).